

A educação ambiental como fator de desenvolvimento: um olhar ao panorama dos saberes tradicionais da comunidade de Ekovongo-Bié/Angola

Environmental Education as a development Factor: A Glance over the Panorama of the Ekovongo Community traditional Values-Bié/Angola

José Capitango. Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda (Angola)

Resumo

À semelhança de outras comunidades autóctones de Angola, Ekovongo e as comunidades ovimbundu em geral dedicam-se tradicionalmente à agricultura; sendo uma comunidade agrária, um dos grandes problemas que afetam o seu desenvolvimento nas últimas décadas prende-se com o baixo rendimento que a terra vem evidenciando em termos de resultados da atividade produtiva, como consequência de queimadas e derrube de grandes extensões de florestas para a produção de carvão vegetal que se destina a comercialização na cidade. Como parte de um estudo realizado em uma comunidade rural sobre Educação e Desenvolvimento nas Comunidades Ovimbundu de Angola: Estudo Etnográfico da Comunidade de Ombala Ekovongo, o presente trabalho dedica-se à problemática ambiental. Pretendeu-se, por um lado, esmiuçar alguns fundamentos teórico-conceituais da relação homem-natureza para a compreensão da atual crise ambiental; problematizar o modelo neoliberal de desenvolvimento, que na sua globalidade leva as pessoas a enveredarem por ações agressivas contra o meio ambiente em busca de meios de sobrevivência, e a exploração excessiva de recursos naturais pelas empresas em nome do crescimento económico e consumo. Por outro, analisar as representações sociais dos habitantes da comunidade de Ekovongo em torno da problemática ambiental, para identificar os saberes tradicionais à respeito da relação que existe entre humanos e outros seres da natureza enquanto fator de desenvolvimento.

Astract

Similar to other Angolan autochthonous communities, Ekovongo and other Ovimbundu communities in general are traditionally dedicated to agriculture. As farmers, one of the major problems affecting the development of the community in the few last decades is related to low productivity, as a consequence of devastating fires and massive cutting of the trees in the forest to produce vegetal coal that is aimed at commercialization in town. As a part of a body of research on "Education and Development in the Ovimbundu Communities of Angola: Ethnographic Study of Ombala Ekovongo-Bié, this research tends to probe some humans-nature relation fundamental conceptual framework to better understand the current environment crisis, problematize the neo-liberal model of development that leads humankind to aggressive behaviours against the environment, in the search of means for survival, as well as the excessive exploration of natural resources by companies in the name of economic growth and consumption. On the other hand, the study aims at analysing the social representation of the Ekovongo community

within the environmental problem to discern their traditional values in the existing relations between the humankind and the other beings of the nature as a developmental factor.

Palabras chave

Educação Ambiental, Saberes Tradicionais

Key-words

Environmental education, traditional values

Introdução

Como parte de um estudo realizado em uma comunidade rural sobre Educação e Desenvolvimento nas Comunidades Ovimbundu de Angola: Estudo Etnográfico da Comunidade de Ombala Ekovongo, o presente trabalho dedica-se à problemática ambiental.

Desde o seu aparecimento na terra o homem é um ser indissociável da natureza com a qual estabelece relações múltiplas pelas quais realiza o seu designio de obter meios para a sua sobrevivência. No princípio, tais relações não perturbavam a harmonia natural, na medida em que os danos ocasionados ao meio ambiente eram insignificantes. As agressões de grandes proporções começaram na Idade Média, principalmente na Era Moderna, período em que tiveram lugar as revoluções que impulsionaram o crescimento da população humana, o progresso científico e tecnológico, processos que implicaram em grande medida a exploração indiscriminada de recursos naturais e a conseqüente crise ambiental. Desde então, a humanidade vem registrando processos de urbanização e in-

dustrialização, que para além da poluição e da contaminação, aceleram o esgotamento de recursos minerais e energéticos; a desflorestação de grandes extensões de terra, causando a perda da fertilidade dos solos e a extinção de uma quantidade considerável de espécies animais e vegetais. Este panorama configura uma crise ambiental à escala planetária, impulsionada pelo desenvolvimento económico e industrial assente na visão antropocêntrica da relação homem-natureza, materializada através da exploração desenfreada de recursos e de outras práticas irracionais que têm causado impactos negativos como a poluição dos rios e a poluição transfronteiriça, a desertificação, o efeito estufa, o aquecimento global, entre outros.

Com o presente trabalho pretendeu-se, por um lado, esmiuçar alguns fundamentos teórico-conceituais da relação homem-natureza para a compreensão da problemática ambiental; problematizar o modelo neoliberal de desenvolvimento, que na sua globalidade leva as pessoas a enveredarem por ações agressivas contra o meio ambiente em busca de meios de sobrevivência, e a exploração excessiva de recursos naturais pelas empresas em

nome do crescimento económico e consumo. Por outro, analisar as representações sociais dos habitantes da comunidade de Ekovongo, em torno da problemática ambiental, para identificar os saberes tradicionais à respeito da relação que existe entre humanos e outros seres da natureza enquanto fator de desenvolvimento. E, finalmente propor uma orientação educativa de reforço à consciencialização dos habitantes da comunidade e dos cidadãos em geral para terem uma atitude responsável com o meio ambiente, com vista a sua conservação e preservação. Com esta perspectiva, recorreremos a (GONÇALVES; PEREIRA; AZEITEIRO e VERDE PEREIRA, 2007:8) que afirmam, que a educação ambiental “ (...) refere-se à formação de uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente, uma população que possua conhecimentos, competências, estado de espírito, motivações e sentido de empenhamento que lhe permitam trabalhar individual e coletivamente para a resolução dos problemas atuais e para evitar que se repitam”.

Como parte dos resultados do aludido estudo, elaborou-se a presente comunicação que se estrutura em duas secções: a primeira, de índole teórico-conceitual na qual tratamos das perspetivas teóricas da relação homem-natureza: Antropocentrismo, biocentrismo, ecocentrismo e suas implicações na educação ambiental bem como o estado desta no contexto atual; e, a segunda, empírica, que trata de saberes

tradicionais dos habitantes de Ekovongo à respeito da relação entre o homem e a natureza e dos problemas ambientais dessa comunidade.

Perspetivas teóricas da relação homem-natureza: antropocentrismo, biocentrismo, ecocentrismo e suas implicações na problemática ambiental

Sempre que nos propomos a refletir sobre a relação homem-natureza nos situamos no campo da ética que deve orientar essa relação e no caso vertente, da ética ambiental. A ética é parte da filosofia que trata do bem e do mal e que se desenvolve com a reflexão moral. Devido à contínua reflexão moral, a ética adquire um valor normativo. Ainda assim, a ética não é uma mera descrição daquilo que cada indivíduo, coletivo ou sociedade considera como bem ou mal. A ética se articula com os sentimentos e as emoções, mas não se limita a esses, pois tem uma base racional. Do ponto de vista racional, a ética ambiental trata dos problemas morais relacionados com o meio ambiente.

Assim, ao longo da história, e no limiar do século XXI, a tomada de consciência individual e/ou coletiva sobre a problemática ambiental tem levado pessoas, organiza-

ções e instituições a engajarem-se, ainda que de forma pouco satisfatória, na busca de uma racionalidade que oriente a relação entre o homem e a natureza. Na consecução de tal desígnio foram formuladas teorias capazes de explicar qual deve ser a atitude e o comportamento do ser humano, na relação com a natureza e o meio ambiente. Assim surgiu uma variedade de teorias entre as quais se destacam o antropocentrismo, o biocentrismo e o ecocentrismo.

Antropocentrismo

O antropocentrismo caracteriza-se por uma visão instrumental da natureza. De acordo com esta visão, o ser humano é o centro em torno do qual gravita o universo com todos os componentes que o integram, devido a sua capacidade de abstração, isto é, o único animal racional que tem possibilidades de conservar e preservar todas as espécies incluindo a espécie humana. Logo, o ser humano é um ser superior pela sua capacidade de raciocínio a partir da qual adquire a capacidade de refletir, tomar consciência de si mesmo, reconhecer a existência do outro, aprender e transmitir hábitos, comportamentos e conhecimentos, diferenciando-se de outros seres da natureza e possibilitando a construção da cultura. Ao considerar o homem como um ser superior, dotado de razão e capacidade para apropriar-se da natureza e dominá-la para a satisfação das suas necessidades, o antropocentrismo tratou de

outorgar-lhe o estatuto de senhor absoluto de si mesmo desprezando os demais seres que integram a natureza.

Ora, o homem é de facto criador da cultura; mas, é no âmbito dessa criatividade em que o homem deve encontrar uma nova forma de relacionar-se com a natureza. A este respeito, (WALDMAN, 2006 citado por ROLLA, 2006:2) considera que em virtude da capacidade do imaginário do homem em criar símbolos, as sociedades humanas se distinguem pelo génio de criarem códigos culturais, que expressam as formas específicas de representação da realidade, *“imprimindo ao meio que habitam, com base na sua percepção de mundo, toda a sorte de transformações. Tais representações (...) são decisivas para a modelagem do espaço habitado e a ordenação do tempo social”*. Na mesma senda, (ROLLA, 2006:2-3) esclarece que *“O meio natural é percebido então através do conjunto de símbolos que integram essas representações em cada sociedade. Toda sociedade cria uma forma de se relacionar com a natureza, dá significado ao meio natural conforme seus valores”*. O autor considera que à medida que o ser humano se desenvolve intelectualmente, reconhece-se como indivíduo e como integrante da sociedade, *“(...) ele formula conceitos de natureza, para que possa elaborar um sistema de relacionamento entre ambos”*.

Por sua vez, (BALANDIER, 2006 citado por ROLLA, 2006:2) partilha dessas ideias afir-

mando que *“Toda sociedade possui uma teoria da natureza que lhe é própria, que se expressa em suas configurações intelectuais, senão igualmente em complexos de símbolos, de instrumentos e de práticas”*.

A noção de natureza que permeia a cosmovisão das comunidades humanas se afigura fundamental para a compreensão do conceito de meio ambiente.

O antropocentrismo acabou por influenciar os clássicos do pensamento económico ocidental, mormente o de Adam SMITH ao advogar a ideia da competição entre os indivíduos engajados em um processo de desenvolvimento, os quais agiriam para interesse próprio, tornando o progresso inevitável através do investimento, do aumento da produtividade e do acúmulo da riqueza material. Deste modo, legitimou-se um princípio que norteia a cultura predatória que se cristaliza na ideologia do capitalismo neoliberal. Ora, a exploração crescente dos recursos naturais atende à esta lógica do capitalismo neoliberal que se materializa na busca incessante do lucro, criação de novos mercados e estímulo ao consumo, impulsionados por um contínuo processo de inovações tecnológicas e eficiência produtiva. Como é óbvio, tudo isto se realiza à custa da utilização excessiva de matérias-primas e produção de resíduos tóxicos que degradam o meio ambiente. A este respeito, (ALMEIDA, 2005:50) assevera que *“A degradação ambiental que decorre dos processos produtivos não é incluída nos seus*

custos, e ocorre o conhecido processo de externalização dos custos ambientais que passam a ser suportados pela sociedade e não pelas empresas que os provocam”.

Cabe, contudo, salientar, que o antropocentrismo se materializa de duas formas principais: a primeira, de raiz economicista e está associada ao modelo tecno-industrial da sociedade ocidental, pois, o seu interesse pela natureza é motivado pelas vantagens económicas que ela proporciona; trata-se de uma perspectiva imediatista ancorada na racionalidade económica orientada para a acumulação de capital, que sobrevaloriza o domínio da natureza pelo homem, com vista a exploração ilimitada dos seus recursos e dependente do empreendimento tecnológico. Não obstante, apresenta uma certa tendência reformista que aponta para a necessidade de transformações sociais no sentido de uma gestão precavida de recursos, para que deles venham a usufruir futuras gerações.

Segundo (ALMEIDA, 2005), A preocupação que este modelo advoga em relação às futuras gerações é associada a uma forma de gestão dos recursos que garanta a sua continuação ou substituição se necessário. Para este autor,

“ (...) o conhecimento ecológico encerra um potencial utilitário enorme por contribuir para a gestão dos recursos naturais renováveis, perpetuando a via-

bilidade económica dos mesmos. Mas uma vez que o próprio modelo tecnológico-industrial desencadeou a presente crise ambiental, gerou no seu seio um fluxo reformista que inclui a proposta de implementação do desenvolvimento de uma forma sustentável e a evocação do princípio da precaução” (ALMEIDA, 2005:48).

O antropocentrismo de carácter não economicista assenta na evocação dos benefícios que decorrem do usufruto da natureza. Quase todas as capacidades humanas, mormente aquelas que articulam as nossas vivências e a própria racionalidade que singulariza o génio humano, desenvolvem-se em contacto com a natureza. Por tal facto, a evocação da relevância da natureza para o ser humano pode contribuir para a superação do pensamento antropocêntrico.

Biocentrismo

Biocentrismo é, segundo a (es.wikipédia.org) uma teoria moral que afirma que o ser vivo merece respeito moral. É uma corrente que reivindica o valor primordial da vida e advoga a tese segundo a qual todos os seres vivos têm direito a existir e a desenvolver-se. Os representantes desta corrente filosófica defendem a extensão da relevância moral aos seres distintos dos humanos, como sejam, animais superiores e todos os seres viventes. A perspectiva biocêntrica surge como alternativa ao antropocentrismo, pois as especificidades

do homem não podem servir de justificação para aventuras voltadas contra outros seres vivos distintos de si e demais espécies, ainda que os mesmos se revelem de baixa utilidade ou sem qualquer utilidade humana.

Como assinala (ALMEIDA, 2005:97), *“ao contrário do antropocentrismo, o biocentrismo rompe com a perspectiva da mera atribuição de valor instrumental aos seres vivos, e reconhece e existência de deveres da humanidade perante as diferentes formas de vida, independentes dos que temos para com os seres humanos”*. Na senda desta corrente, alguns críticos do antropocentrismo como SINGER e REGAN propõem que a relevância moral seja extensiva a todos os seres sencientes, a todos aqueles que sejam capazes de sofrimento, desejos e frustrações. Esta postura foi objeto de críticas por parte dos biocentristas radicais como (TAYLOR, 1989:13), por situar de fora a consideração moral direta daqueles seres vivos que são incapazes de sofrimento e frustrações. Eles propõem uma reforma mais radical da ética, um pensamento ético mais frontal para com todos os problemas ambientais e uma nova visão de bem-estar. Esta postura dos biocentristas radicais transcende, de acordo com (MARCOS, 2001:129) da ética ambiental para se converter numa nova filosofia ambiental que inclua a metafísica, a epistemologia, a estética e uma filosofia política. Neste sentido, as principais ideias biocêntricas podem ser sintetizadas

da seguinte maneira: a) desenvolver uma filosofia que reconheça o valor intrínseco das entidades naturais vivas e não apenas seus valores instrumentais; b) considerar a reverência pela vida como atitude correta, um dever moral do ser humano para com outros seres da natureza, com vista a sua conservação e preservação.

Entretanto, considerando a multiplicidade de biocentrismos (centrado na sciência, centrado nos direitos, extensivo e igualitário, extensivo e hierárquico, centrado nas espécies), não parece oportuno analisá-las todas nesta pequena reflexão, pelo que, pensamos, ainda assim, dar alguma ênfase às ideias defendidas pelo biocentrismo centrado nas espécies, em razão das implicações que tem para a educação ambiental.

Biocentrismo centrado nas espécies

Preocupada com a preservação das espécies, esta corrente se baseia em argumentos que a aproxima das teses ecocêntricas e defende a sobrevivência das espécies, como condição indispensável à manutenção da biodiversidade. Um dos aspectos importantes a considerar nas análises desta corrente prende-se com a competição intra-espécie ou lutas entre espécies rivais que pode levar a uma escalada de funções que não seja útil para a continuidade de uma determinada espécie. Ora, quando uma determinada espécie se reproduz em quantidade satisfatória pode

facilmente enfrentar com sucesso as intempéries e outros tipos de ameaças advindas do meio ambiente e garantir a sua sobrevivência. O ataque de uma espécie predadora pode ser benéfico na medida em que se constitua em critério para a seleção dos mais aptos, ou mesmo fator de equilíbrio, como também pode assumir o carácter de extermínio e extinção da espécie que se encontra na condição de presa.

Este é um assunto que deve merecer destaque quando se trata da educação ambiental, que pode ter aplicabilidade na gestão dos ecossistemas no que tange a viabilidade de umas e de outras espécies neles presentes, evitando deste modo a vulnerabilidade e a conseqüente extinção daquelas que se acham mais ameaçadas pela ação predadora. Esta matéria pode, de igual modo, servir para acautelar a ação predadora dos seres humanos nas suas aventuras em busca de meios de sobrevivência, particularmente daqueles que habitam nas comunidades rurais.

Ecocentrismo

O ecocentrismo considera que a natureza dispõe de valor intrínseco; logo, a proteção da natureza ocorre em função dela mesma e não em razão do homem. Para esta corrente, a natureza é passível de valorização própria, independente dos interesses económicos, estéticos ou científicos. Segundo (ALMEIDA, 2005:151), o ecocentrismo é uma corrente de pensamento que

atribui valores não instrumentais aos ecossistemas, geradoras da biodiversidade biótica e fundamentais ao funcionamento da terra como um todo integrado. O problema que esta corrente apresenta a humanidade coloca a necessidade de repensarmos as nossas relações não apenas com os seres vivos, senão também com outros elementos da natureza como a água, o solo, as rochas, etc. A lógica economicista do progresso, o individualismo exacerbado, enfim, a visão antropocêntrica de mundo, são construções sociais associadas à racionalidade modernista orientada para a acumulação de capital. As sociedades contemporâneas com todos os seus aparatos de símbolos e significações estão profundamente abaladas em seus fundamentos. A crença à ciência, à técnica e à tecnologia na relação homem-natureza tornou-lhe numa espécie de predador e dominador do mundo, esquecendo-se da ética da vida. Neste contexto, o ecocentrismo busca ultrapassar as fronteiras da visão antropocêntrica, substituindo-a por uma ética da natureza, pois, o conjunto de valores que esta corrente atribui aos seres vivos e aos ecossistemas vai muito além dos valores materialistas ou economicistas defendidos pela racionalidade modernista.

Como faz notar (MARCOS:2001), o ecocentrismo constitui

“(...) uma filosofia ambiental mais abrangente, uma metafísica que nos fala do

estatuto ontológico das espécies, dos ecossistemas, dos processos e das relações que ocorrem na natureza; uma epistemologia que tem que afrontar o problema da transição do descritivo para o normativo, porquanto uma ética baseada em uma ciência como a ecologia, tem que saber dar resposta à objeção da falácia naturalista; uma estética que contribua ao reconhecimento do valor intrínseco de certas entidades naturais que apreciamos como belas; e uma filosofia política que discuta a legitimidade de atuações a favor das entidades naturais e à justiça ambiental” (MARCOS, 2001:132).

A filosofia e a ética a que Marcos se refere responsabilizam o homem e o modelo de desenvolvimento por ele construído pela crise ambiental que se vive atualmente no planeta; e, ao mesmo tempo, desvenda horizontes a serem seguidos para a construção de uma nova cosmovisão, capaz de situar os seres humanos em harmonia com a natureza.

Educação ambiental no contexto atual

O campo da educação ambiental encerra uma diversidade de experiências e reflexões, o que dificulta de certo modo a delimitação deste conceito. Das origens até a sua afirmação e consolidação, a educação ambiental passou por um longo processo

de sua constituição, que não cabe descrever neste breve trabalho. Mas, ainda assim, uma breve retrospectiva nos remeteria à década de 1960, altura em que despoleitou o movimento de contestação por desencanto com as cidades, numa tentativa de buscar alternativas nas comunidades rurais. Uma década depois, isto é, em 1970, teve lugar em Nevada a *Conferência da União Internacional para a Conservação da Natureza e seus Recursos*, cujas conclusões definiam a educação ambiental como um processo que consiste em admitir certos valores e em clarificar certos conceitos com o fim de suscitar aptidões, e atitudes indispensáveis para a compreensão e a valorização das relações recíprocas que podem existir entre o homem, a sua cultura e o seu meio biofísico.

O seminário sobre o mesmo tema realizado em 1974 em Jammi pela Comissão nacional Finlandesa para a UNESCO, definia a educação ambiental como um meio de alcançar os objetivos de proteção do meio ambiente. Para tanto, não constitui em si mesmo um ramo separado da ciência nem um tema para estudo, pois, deveria aplicar-se em conformidade com o princípio da educação integral permanente. Antes do aludido seminário, a *Conferência da Organização dos estados Americanos sobre Educação e Meio Ambiente em América*, realizada em 1971, considerava-a como uma educação que implica a formação de juízos de valor e a faculdade de refletir de forma clara sobre problemas complexos

relacionados com o meio ambiente, que podem ser tanto de ordem político, económico e filosófico, como de tipo técnico.

No entanto, terão sido as reuniões promovidas pelas organizações internacionais que impulsionaram a institucionalização da educação ambiental. Em 1968, realizou-se a reunião do *Clube de Roma*, cujos resultados apontaram para a necessidade urgente de conservação dos recursos naturais, controle do crescimento da população e investimento na mudança radical na mentalidade de consumo.

A reunião de Roma inspirou a organização pelas Nações Unidas, da *Primeira Conferência Mundial de Meio Ambiente Humano*, que teve lugar em Estocolmo em 1972. Este evento produziu uma *Declaração sobre o Ambiente Humano* que despertou a humanidade para a preservação do meio ambiente e reconheceu a educação ambiental como elemento crítico para o combate à crise ambiental no mundo.

Depois da Primeira Conferência de Estocolmo seguiram-se outras reuniões internacionais importantes das quais se destacam: o *Encontro de Belgrado*, realizado em 1975 e no âmbito do qual foi lançado o *Programa Internacional de Educação Ambiental* visando a sua concretização em todos os níveis da educação e definidos os objetivos, as metas e os conteúdos; a *Primeira Conferência Inter-governamental de Educação Ambiental*, promovida pela UNESCO e reali-

zada em Tbilissi (Georgia) em 1977, da qual resultou uma Declaração sobre Educação Ambiental, se estabeleceram as finalidades, os objetivos, os princípios orientadores, as estratégias de ação e prioridades para o futuro; e o *Segundo Congresso de Educação Ambiental*, realizado em 1987 em Moscovo, em que de acordo com (FREITAS, 2012:80-91), foram delineados aspetos importantes da educação ambiental tais como “*informação, investigação, experimentação de conteúdos e métodos, formação de pessoal e cooperação regional e internacional, questões estas concebidas no seu conjunto e não como ações isoladas*”. O II Congresso de Moscovo, além de introduzir conceitos como descentralização, limitação, equidade, participação, etc., reafirmou a necessidade de uma abordagem sistémica na educação ambiental, dando ênfase à questão das desigualdades que caracterizam as sociedades contemporâneas.

Na sequência dos progressos alcançados nas reuniões internacionais, também a *ECO/92* e o *Forúm Global* realizado paralelamente a esta por Organizações Não-Governamentais, dedicaram atenção à educação ambiental, mas, na perspetiva da sua relação com o desenvolvimento sustentável. No âmbito destas iniciativas internacionais surgiram várias conceptualizações sobre educação ambiental. No entanto, de acordo com (MUÑOZ, 1996) foi sobretudo na conferência paralela das ONGs que a educação ambiental passou a ser concebida como

“(...) um processo de aprendizagem permanente, baseado no respeito a todas as formas de vida (...) tal educação afirma valores e ações que contribuem à transformação humana e social e à preservação ecológica. Ela estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservem entre si uma relação de interdependência e diversidade” (MUÑOZ, 1996 citado por FREITAS, 2012:80-91).

A partir destes delineamentos, a educação ambiental passou a ter um carácter interdisciplinar e a ser concebida como um ato político baseado em valores para a transformação social. Nesta linha, a educação ambiental se fundamenta em uma visão sistémica, que além de trabalhar conhecimentos, aptidões, atitudes e hábitos não consumistas orientadas à manutenção e preservação do meio ambiente, incorpora também variáveis importantes como paz, saúde, direitos humanos, democracia, qualidade de vida e bem-estar social das comunidades humanas. Ora, se antes a educação ambiental se fundamentava no princípio de educar a partir da natureza, agora ela passa a ser concebida como uma educação de e para a natureza, mas, abrangendo um conjunto de variáveis que tornam possível enfrentar os problemas gerados pela relação homem-natureza e questionar o modelo de desenvolvimento do qual decorre essa relação, assim como a concepção de vida que os sustenta.

Diante de múltiplas interpretações em torno da problemática ambiental, advogamos nesta pequena reflexão o conceito mais abrangente espelhado no *Manual Latino-Americano* elaborado em 1994 que considera que,

“Educação ambiental é, na verdade, uma proposta de filosofia de vida, que resgata valores éticos, estéticos, democráticos e humanistas. Ela parte de um princípio de respeito pela diversidade natural e cultural, que inclui a especificidade de classe, de etnia e de gênero. Por isso, uma das suas características é a defesa da descentralização em todos os níveis e a distribuição social do poder, reconhecendo também como formas de poder, o acesso à informação e ao conhecimento. A educação que queremos visa modificar as relações entre a sociedade e a natureza em função da melhoria da qualidade de vida, como esta é percebida pelas comunidades. Ela propõe a transformação do sistema produtivo e do consumismo em uma sociedade baseada na solidariedade, afetividade e cooperação, visando a justa distribuição de seus frutos entre todos. Uma educação holística propõe a busca de novos valores e práticas, baseados em uma postura ética que, aliados à sabedoria acumulada pela humanidade e aos conhecimentos científicos, perpassem todas as ações das comunidades, de órgãos governamentais, partidos políticos e de ONGs. É também uma educação democrática que propicia oportunidades para que as pessoas e grupos desenvolvam sua criatividade, reaprendendo o mundo, sem estabele-

cer separações artificiais entre mestres e aprendizes, entre sexos e idades, e entre saberes” (VIZZER; OVALLES, 1994 citados por FREITAS, 2012:80-91).

Como se pode constatar em todos estes eventos, a degradação do meio ambiente causada principalmente pelo protagonismo que o homem exerce sobre ele e pelos efeitos negativos da tecnologia, da atividade econômica, etc., se converteram em objeto de preocupação internacional, envolvendo tanto países desenvolvidos como aqueles em via de desenvolvimento, o que torna necessário e urgente a implementação de programas de educação ambiental de amplo alcance, no âmbito local, regional, nacional e internacional, para a sensibilização e consciencialização de todos os cidadãos a tomarem atitudes e comportamentos responsáveis diante de complexos problemas que esta problemática apresenta às sociedades contemporâneas.

Portanto, uma educação ambiental concebida com esta perspectiva e orientada para o desenvolvimento sustentável não deve circunscrever-se somente no âmbito escolar, mas sim, transcender para outros espaços (instituições, comunidades urbanas e rurais) e buscar uma maior envolvimento de atores, sejam eles crianças, jovens, adultos, políticos, associações, grupos, coletivos ou organizações de âmbito familiar.

Educação Ambiental e Saberes Tradicionais da Comunidade de Ekovongo

Esta comunicação é parte de um estudo empírico levado à cabo em uma comunidade rural da Província do Bié-Centro de Angola. O mesmo realizou-se no âmbito da tese doutoral em andamento sobre: Educação e desenvolvimento nas Comunidades Ovimbundu de Angola: Estudo etnográfico da Comunidade de *Ombala Ekovongo/Bié*.

As comunidades ovimbundu constituem um grupo etnolinguístico autóctone e secular que habita um vasto território angolano que se estende desde o litoral de Benguela, passando pelas províncias do Kwanza-Sul, Huambo e Huila até à Província do Bié. À semelhança de outras comunidades autóctones de Angola, estas se dedicam tradicionalmente à agricultura; sendo comunidades agrárias, um dos grandes problemas que afetam o seu desenvolvimento nas últimas décadas prende-se com o fraco rendimento que a terra vem proporcionando em termos de resultados da atividade produtiva. Para alguns habitantes da região, esta situação de baixa produtividade que a terra evidencia decorre da guerra que se prolongou durante muitos anos, no âmbito da qual tiveram lugar ações de derrube de grandes extensões de florestas para a produção de carvão vegetal, transformando-as em áreas semidesérticas. Para outros, esta situação

advém da relação desequilibrada com outros seres da natureza com os quais os habitantes da comunidade se relacionam no dia-a-dia. Em ambos casos, os comunários consideram a relação entre o homem e a natureza como fator de desenvolvimento e a baixa produtividade da terra como uma das causas da pobreza que assola a região.

Metodologia

Para a efetivação do estudo optou-se pela etnografia por ser o modelo mais adequado para aproximar-se da realidade em estudo. A etnografia é de acordo com (GOETZ e LeCOMPTE, 1988:28-29)

“um processo, uma forma de estudar a vida humana. O desenho etnográfico requer estratégias de investigação que conduzam à reconstrução cultural. Primeiro, as estratégias utilizadas proporcionam dados fenomenológicos; estes representam a concepção de mundo dos participantes que estão sendo investigados, de forma que as suas construções se utilizem para estruturar a investigação. Segundo, as estratégias etnográficas de investigação são empíricas e naturalistas. Se recorrem da observação participante e não participante para obter dados empíricos de primeira mão dos fenómenos tal como se dão nos cenários do mundo real, procurando os investigadores evitar a manipulação intencional das variáveis do estudo. Terceiro, a investigação etnográfica tem um carácter holista. Pretende construir descrições de fenómenos globais em seus diversos contextos e determinar, a

partir delas, as complexas conexões de causas e consequências que afetam ao comportamento e às crenças em relação com ditos fenómenos”.

A etnografia é, por assim dizer, o modelo que leva à descoberta de construções culturais de um grupo ou dos membros de uma comunidade, que o investigador trata de descrevê-los e interpretá-los para atribuir-lhes significados. Para a sua efetivação, o investigador deve permanecer durante um certo período de tempo no local onde se produzem cenários que constituem objeto de estudo e manter uma interação constante com os participantes nele envolvidos.

Em obediência a este princípio, partiu-se para a imersão na comunidade de *Ekovongo*, onde realizou-se durante nove meses a observação participante, vinte e quatro entrevistas em profundidade semi-estruturadas (individuais e grupais); as mesmas incluíram questões abertas, semi-abertas e fechadas, dirigidas aos informantes-chave selecionados para o efeito, aos agentes externos¹, aos técnicos e aos especialistas em matéria de desenvolvimento das comunidades rurais. Para cruzar os dados da observação participante, e as informações recolhidas através das entrevistas em profundidade organizou-se dois grupos de discussão: o primeiro grupo foi constituído

por jovens de ambos sexos, com idades compreendidas entre os 18 e 30 anos; o segundo foi constituído por adultos de ambos sexos com idades compreendidas entre os 35 e 55 anos. Ambos grupos debateram temas sobre a educação, a pobreza e o desenvolvimento.

Nas entrevistas buscou-se, por um lado, compreender até que ponto os entrevistados consideram a relação homem-natureza como um fator de desenvolvimento. Por outro, analisar as representações sociais dos habitantes da comunidade expressam através da sabedoria tradicional à respeito da relação homem-natureza. Com esta perspectiva, os entrevistados foram solicitados a responder às seguintes questões:

1. Que relações os seres humanos estabelecem com o meio ambiente e com outros seres que habitam na natureza?
2. Que problemas ambientais a comunidade enfrenta nos dias de hoje?

A relação entre humanos e a natureza

Ao longo da sua história os habitantes de *Ekovongo* têm demonstrado capacidades de elaborar conhecimentos, experiências e crenças para dar sentido à vida e à própria existência. Os conhecimentos, as experiências e as crenças resultam da relação

1 Funcionários que exercem atividades na comunidade por períodos prolongados (residentes e não residentes).

que se estabelece com o meio natural e social, isto é, de processos comunicativos em que se formulam ideias, se idealizam projetos e se consensualizam os direitos e os deveres de cada membro. Tais processos se concretizam através de práticas educativas que têm, lugar no dia-a-dia das pessoas e traduzem o modo de conceber a vida como um projeto em construção e reconstrução permanentes.

A vida em *Ekovongo* não se concebe à margem dos vínculos que cada homem estabelece com seus semelhantes, com a natureza e com outros seres que habitam o universo. Neste sentido, os comunários de *Ekovongo* buscam compreender a razão de ser da sua presença no mundo consubstanciada na capacidade de apreensão de dados oriundos da natureza e da aprendizagem mútua com outros seres, a partir da qual se elabora a matéria-prima para a construção do seu modelo de vida.

Assim, relativamente à primeira pergunta sobre as relações que se estabelecem entre os humanos e o meio ambiente, e com outros seres que habitam na natureza, os nossos entrevistados responderam afirmando:

“Na floresta existe uma árvore que na língua umbundu chamam de òmya. Nas suas folhas habita uma larva, que habitualmente escreve com a sua saliva branca a letra ‘ma’, depois acrescenta a letra ‘ta’ e por último a letra ‘s’. É um bicho que escreve para mostrar a sua in-

teligência aos seres humanos para estudarem e serem inteligentes no seu país, visto que, por mais que a pessoa tenha bois e outras riquezas, não consegue realizar grande coisa se não estudar”.

É importante conhecer as representações sociais dos comunários que espelham as concepções que os mesmos têm da natureza, pois produzem uma enorme influência na organização social da própria comunidade e orientam a construção do conhecimento e das experiências, bem como as atitudes a ter com o meio ambiente.

A afirmação acima revela, por um lado, a sensibilidade dos comunários em interagir com a natureza e dela obterem dados que orientam a relação que estabelecem com o meio ambiente; por outro, a capacidade de imaginação e criatividade das pessoas em atribuir intencionalidade educativa a outros seres, chegando ao ponto de construir linguagens que articulam a comunicação entre esses e os seres humanos. Além disso, na afirmação está explícita a exortação de que os seres humanos devem observar e estudar cuidadosamente os elementos, os dados contidos na natureza para estruturar os conhecimentos nos diferentes domínios da vida e orientar o seu desenvolvimento.

A observação e o estudo cuidadoso dos elementos e dos dados contidos na natureza constitui um processo intencional, uma atividade de seleção e interpretação

dos conhecimentos proporcionados pela realidade; a partir desta racionalidade os comunários constroem a sua própria identidade como sujeitos situados no tempo e no espaço concretos. À medida que o tempo passa tais conhecimentos se instauram no imaginário dos comunários como um costume que se vai reproduzindo por tradição. Para os habitantes de *Ekovongo* e os *ovimbundu* em geral, a sabedoria reside na natureza; o acesso a ela depende da estreita relação que se estabelece com ela e da capacidade de conhecer minuciosamente a utilidade de cada ser. Assim, alguns seres como abelhas, formigas e salalé, são frequentemente exaltados em sessões educativas do onjango², nos óbitos, etc., por serem considerados como modelos de união entre seres vivos e fonte de inspiração da inteligência humana. Esta particularidade evidencia-se no conhecimento sobre a utilidade de certas tipologias de formigas;

“Existem formigas eleitoras que habitam em formigueiros na mata; por exemplo, se numa família existem elementos que, por vários motivos emigraram para localidades longínquas e não existe comunicação com aqueles que ficaram na co-

munidade de origem, então não se sabe se vivem ou se estão mortos. Neste caso, pode-se recorrer às formigas eleitoras procedendo da seguinte maneira: escrever os seus nomes em pequenos papéis separados, dobrar bem, ir até ao formigueiro e introduzir no respetivo buraco onde habitam essas formigas. Depois de alguns dias realiza-se uma visita ao formigueiro; se entre os parentes emigrados houver elementos ainda em vida, as formigas eleitoras trazem para fora do buraco os pequenos papéis em que estão escritos os seus nomes. Se houver no seu seio indivíduos que padecem de enfermidades, as formigas eleitoras trazem para fora do buraco os pequenos papéis em que estão escritos os seus nomes, mas, ruídos ou furados. Se houver no seio desses emigrados indivíduos falecidos, as formigas eleitoras trazem para fora os pequenos papéis em que estão escritos os nomes daqueles que ainda vivem; aqueles indivíduos, cujos papéis as formigas se recusam trazer para fora do formigueiro, são dados como falecidos”.

A atribuição da capacidade eleitora à pequenos animais como é o caso das formigas, revela o modo como os humanos se relacionam com demais seres da natureza; revela, ao mesmo tempo, a importância social que esses pequenos seres da natureza simbolizam no imaginário dos habitantes de *Ekovongo* e dos *ovimbundu* em geral, traduzindo na prática a relevância educativa que o mesmo encerra no âmbito da educação ambiental. Como se referiu atrás, os habitantes de *Ekovongo* se

2 Instituição onde se realiza a educação social entre os *ovimbundu*. Existem duas categorias de *onjango*: (i) *onjango* da família alargada ou clã, que se subdivide em: *onjango* para a educação de membros do sexo masculino e *otchiwo* para a educação de membros do sexo feminino; (ii) *Onjango* da corte que funciona como tribunal costumeiro.

consideram como integrantes da natureza da qual dependem em grande medida. Por tal facto, a relação entre os habitantes e a natureza se concretiza através de uma convivência em que as plantas e outros seres constituem a fonte que proporciona aos humanos meios necessários à vida. A este respeito os entrevistados afirmaram:

“Os seres humanos se relacionam principalmente com as plantas; são elas que purificam o ar que respiramos. As pessoas e as plantas se relacionam mutuamente; as pessoas possuem sangue no corpo e as plantas possuem a seiva. Ambas coisas são semelhantes; por isso é que, sempre que a pessoa adoece se socorre das plantas para curar a enfermidade”. “ (...) Muitas plantas que encontramos na floresta são medicamentos para tratamento de doenças dos seres humanos. O caso da planta que na língua umbundu se denomina otchinjôle, as suas raízes, uma vez fervidas tratam a doença de oxiúre na ausência de clorafenicol”.

Os *ovimbundu* em geral e os comunários de *Ekovongo* em particular têm consciência da importância que a natureza e as plantas representam nas suas vidas. Com relação às plantas, detêm um amplo conhecimento da sua utilidade e possuem um catálogo diversificado de plantas medicinais. Além da utilidade que têm para a medicina, certas plantas como a *ulemba* são sagradas por simbolizarem a ancestralidade e a longevidade do poder instituído. Durante o estudo e mais especificamente

no decurso da observação participante constatou-se o facto de ser praticamente uma regra entre os comunários, abordar temas relacionados com as plantas medicinais em encontros ocasionais do dia-a-dia, nos óbitos e noutros contextos em que tenha lugar actos comunicativos, o que em nosso entender constitui uma modalidade de educação social orientada para a valorização do meio ambiente.

Problemas ambientais na comunidade de *Ekovongo*

A crise ambiental de que muito se fala e se escreve nos dias de hoje é de facto um problema à escala planetária, que tem origem na relação desequilibrada entre o desenvolvimento económico-industrial e a preservação do meio ambiente, que caracteriza o modelo de desenvolvimento vigente. Apesar disso, os problemas ambientais não são homogéneos em todos os países e regiões do mundo. Nalguns países e regiões, se observa a poluição acentuada do ar e a contaminação das águas; noutros, o desmatamento, a desertificação e irregularidades nos ciclos pluviométricos. Além disso, dentro de cada país e nas regiões e localidades que o conformam os problemas ambientais se manifestam de diferentes maneiras. No caso vertente da comunidade de *Ekovongo*, localidade onde realizamos o presente estudo, os

problemas ambientais estão associadas às queimadas, à desflorestação, às irregularidades do ciclo pluviométrico, à pobreza e à saúde precária. É partir desta situação crítica, que ao responderem à questão relativa aos problemas ambientais que assolam a sua comunidade, os participantes ao estudo afirmaram:

“Nos tempos que correm, devido a agressão contra as florestas, as tempestades intensificaram-se e as chuvas reduziram consideravelmente”.

“Se Deus colocou vários elementos na natureza desde a criação do mundo é porque os mesmos têm importância para a própria vida. Existem animais pequeninhos que estão a fertilizar o solo e muita gente não sabe disso; as queimadas, além de destruírem esses animais pequeninhos, o fumo que libertam polui o ar e cria problemas respiratórios nas pessoas”.

“(…) Desenvolver-se é cuidar de toda a criação; queimar florestas não é desenvolver-se, porque a floresta é habitada por variadíssimos micro-organismos, que no fundo são eles que mais cuidam de nós, do que nós a eles. Por exemplo, a minhoca e o salalé cuidam de nós, visto que, eles fertilizam o solo; o sapo e o camaleão se alimentam de bichinhos que poderiam causar doenças aos seres humanos”.

“Uma terra que dispõe de florestas pode ser cultivada durante vários anos não envelhece, visto que, empregam-se métodos tradicionais de derrube seletivo de árvores, deixando outras que fertilizam o solo com as folhas que vão caindo e apodrecendo paulatinamente; mesmo aquelas árvores que são derrubadas são cuidadosamente queimadas aproveitando a cinza para fertilizar o solo. Esses métodos permitem, que à medida que os primeiros fertilizantes vão perdendo a força, o solo seja realimentado com aquelas folhas

que caem das árvores não derrubadas. Hoje em dia, as florestas em formação são precocemente derrubadas e as terras estão se transformando em desertos. Onde é que vamos chegar com isso? “ (...) Atualmente, as pessoas regrediram nestas práticas tradicionais de organizar a economia, o que pressupõe dizer, que também regredimos na realização de práticas educativas, que capacitavam as novas gerações ao conhecimento e aplicação deste tipo de experiências produtivas, porque tudo isto faz parte da educação”.

Tabela 1. Afirmações dos comunários à respeito dos problemas ambientais na comunidade de Ekovongo.

As afirmações acima expostas revelam que os comunários de Ekovongo possuem conhecimentos sobre o meio ambiente, resultantes de uma experiência construída através de processos em que se produzem saberes, que identificamos com as práticas educativas. É através dos processos educativos que os comunários adquirem a consciência de que o desenvolvimento e o bem-estar dependem da capacidade de preservação da natureza e do meio ambiente. Se, por um lado, existe a consciência de preservar o meio ambiente; por outro, denota-se a atitude crítica dos comunários perante a degradação ambiental, decorrente da ação agressiva do homem, consubstanciada no derrube indiscriminado de árvores para a produção do carvão vegetal e em queimadas que alguns habitantes protagonizam contra as florestas da região. Entretanto, o derrube indiscriminado de árvores para a produção de car-

vão vegetal, não deve ser visto como uma agressão voluntária do comunário contra o meio ambiente, porquanto o produto se destina à comercialização para obtenção de meios de sobrevivência; logo, a produção de carvão vegetal e a sua comercialização não são atos isolados, pois obedecem às lógicas de mercado e consumo que funcionam como ‘varinha mágica’ do modelo neoliberal de desenvolvimento que caracteriza as sociedades contemporâneas, e que atualmente se encontra em plena expansão nas comunidades rurais em quase todo continente africano. O modelo neoliberal de desenvolvimento é, segundo (GUIMARÃES, 2001:51) um modelo ecologicamente predador, socialmente perverso, politicamente injusto, culturalmente alienado e eticamente repulsivo.

Conclusões

Os comunários de *Ekovongo* revelam um certo grau de conscientização ambiental e uma atitude autocrítica, ao admitirem o retrocesso na realização de práticas educativas e nas práticas tradicionais de organização da economia. A atitude autocrítica revela a preocupação de resgate de valores tradicionais e de práticas educativas susceptíveis de ampliar a compreensão dos problemas ambientais.

Não obstante o grau de conscientização ambiental revelado pelos comunários,

afigura-se necessário que os programas de desenvolvimento orientados às comunidades rurais e urbanas incluam a variável educação ambiental. Esta, porém, não deve circunscrever-se apenas ao âmbito escolar-formal; deve pois, alargar-se aos mais variados contextos educativos (formais e informais), conciliando os conteúdos oriundos das ciências com a sabedoria tradicional, para capacitar e dotar as novas gerações de ferramentas que os habilite a assumirem com responsabilidade a preservação do meio ambiente e a construção de uma sociedade justa e ecologicamente sustentável.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, José Correia de (2005) *Concepções Ambientalistas dos Professores: suas Implicações em Educação Ambiental*. Tese de Doutorado. Disponível em <http://www.repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/2484>.
- BALANDIER, Georges (2006) *Modernidad y Poder: el desvío antropológico*. São Paulo. Editora Senac.
- FREITAS, Leda Maria Duval de (2012) *A Formulação de um Conceito Operacional em Educação Ambiental a partir de um contexto de múltiplas Abordagens*. Rio Grande. Revista brasileira de Educação Ambiental N° 7, 80-91.
- GOETZ, Judith P. y LeCOMPTE, Margaret D. (1988) *Etnografía y diseño cualitativo*. En investigación educativa. Madrid. Morata S.A.
- GONÇALVES, Fernando; PEREIRA, Ruth; AZEITEIRO, Ulisses Manuel de Miranda, PEREIRA, Mário Jorge Verde (2007) *Actividades Práticas em Ciências e Educação Ambiental*. Lisboa. Instituto Piaget.

- GUIMARÃES, R. (2001) A Ética da Sustentabilidade e a Formulação de Políticas de Desenvolvimento. Em VIANA, G. et al. (org.) O Desafio da Sustentabilidade. São Paulo. Fundação Perseu Abramo.
- MARCOS, Alfredo (2001) Ética Ambiental. Valladolid. Universidad de Valladolid. Disponível em <http://www.fyl.uva.es>
- MUÑOZ, María Carmen González (1996) Principales Tendencias y Modelos de la Educación tal en el Sistema Escolar. Revista Iberoamericana de Educación. Educación Ambiental: Teoría y práctica N° 11, 13-74.
- ROLLA, Fragner Guilherme (2006) Ética Ambiental: principais perspectivas Teóricas E a relação homem-natureza. Disponível em <http://www3.pucrs.br>
- TAYLOR, Paul (1989) Animal Rights and Human Obligations. New Jersey. Prentice Hall.
- VIZZER, Moema L.; OVALLES, Omar (org.) (1994) Manual Latino-Americano de Educação Ambiental. São Paulo. Gaia.